

Em busca das estruturas fundamentais da vida humana. Entrevista com Bernard Lahire.

Entrevista por

João Teixeira Lopes

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

António Firmino da Costa

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE)

Artigo recebido a 22/12/2025.

Aceite para publicação a 26/12/2025.

Resumo

Esta entrevista a Bernard Lahire aborda o seu quadro teórico sobre as estruturas fundamentais das sociedades humanas, propondo uma ampliação da sociologia às “ciências sociais do vivo”. Identificando regularidades trans-históricas da vida social, analisa dominação, hierarquia, cooperação e transmissão cultural, articulando fatores biológicos e sociais sem determinismo. Discute implicações epistemológicas, superação de dicotomias clássicas, limites da mudança social e o papel ambivalente da ciência.

Palavras-chave: Estruturas fundamentais; Ciência social do vivo; Regularidades sociais.

In search of the fundamental structures of human life. Interview with Bernard Lahire.

Abstract

This interview with Bernard Lahire addresses his theoretical framework on the fundamental structures of human societies, proposing an expansion of sociology to the 'social sciences of the living'. Identifying trans-historical regularities in social life, he analyses domination, hierarchy, cooperation and cultural transmission, articulating biological and social factors without determinism. He discusses epistemological implications, overcoming classical dichotomies, the limits of social change, and the ambivalent role of science.

Keywords: Fundamental structures; Social science of the living; Social regularities.

LAHIRE, Bernard (2025),

"Em busca das estruturas fundamentais da vida humana. Entrevista a Bernard Lahire.", Entrevista por João Teixeira Lopes e António Firmino da Costa,

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. LIII, pp. 193 - 207

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc53ent>

*À la recherche des structures fondamentales de la vie humaine.
Entretien avec Bernard Lahire.*

Résumé

Cette interview de Bernard Lahire aborde son cadre théorique sur les structures fondamentales des sociétés humaines et propose d'étendre la sociologie aux « sciences sociales du vivant ». Il y identifie les régularités transhistoriques de la vie sociale et y analyse la domination, la hiérarchie, la coopération et la transmission culturelle, articulant les facteurs biologiques et sociaux sans déterminisme. Il aborde également les implications épistémologiques, le dépassement des dichotomies classiques, les limites du changement social et le rôle ambivalent de la science.

Mots-clés: Structures fondamentales; Science sociale du vivant; Régularités sociales.

*En busca de las estructuras fundamentales de la vida humana.
Entrevista a Bernard Lahire.*

Resumen

Esta entrevista a Bernard Lahire aborda su marco teórico sobre las estructuras fundamentales de las sociedades humanas, proponiendo una ampliación de la sociología a las «ciencias sociales de lo vivo». Identificando regularidades transhistóricas de la vida social, analiza la dominación, la jerarquía, la cooperación y la transmisión cultural, articulando factores biológicos y sociales sin determinismo. Discute las implicaciones epistemológicas, la superación de las dicotomías clásicas, los límites del cambio social y el papel ambivalente de la ciencia.

Palabras clave: Estructuras fundamentales; Ciencia social de lo vivo; Regularidades sociales.

A obra de Bernard Lahire é analiticamente intensa e inovadora, a cada passo (cf, por exemplo, Lahire, 1995; 1998; 2010; 2019) interrogando e debatendo os quadros teóricos estabelecidos e alargando o horizonte da perspectiva sociológica. Os autores desta entrevista têm-na mobilizado em várias ocasiões (Costa, Lopes & Caetano, 2014; Lopes, 2012), procurando, mais recentemente, animar um trabalho de interpretação e divulgação do seu recente livro *Les structures fondamentales des sociétés humaines* (Lahire, 2023), o que resultou numa conferência em Lisboa, no CIES-ISCTE e na vinda do autor francês ao Porto, para as jornadas de investigação do IS-UP, ambas em 2025. Além do mais, aproveitamos a sua presença em Portugal para lhe realizarmos duas entrevistas (esta a que o leitor agora acede e outra

LAHIRE, Bernard (2025).

"Em busca das estruturas fundamentais da vida humana. Entrevista a Bernard Lahire.", Entrevista por João Teixeira Lopes e António Firmino da Costa,

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. LIII, pp. 193 - 207

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc53ent>

publicada na revista *Sociologia – Problemas e Práticas*), profundamente ligadas e cuja leitura se recomenda em conjunto. Em ambos os casos pretendemos debater este novo quadro de compreensão da vida humana, em profunda conexão com as outras espécies (Lahire, 2025) que habitam o planeta e enaltecendo as virtudes de uma perspetiva que alarga o seu escopo às estruturas sociais fundamentais comuns às sociedades humanas — e, em certos casos, partilhadas com outras espécies sociais.

A entrevista evidencia uma inovação epistemológica relevante: as estruturas fundamentais são propriedades e mecanismos gerais que explicam características universais da vida social humana, coexistindo com as variações e singularidades das sociedades.

Deste modo, a proposta insere a sociologia nas “ciências sociais do vivo”, superando dicotomias entre natureza/cultura, geral/particular, macro/micro. Lahire defende que esse alargamento do quadro de inteligibilidade da atividade humana permite hierarquizar explicações, excluir modelos manifestamente ideológicos ou pré-científicos e reforçar a cumulatividade do conhecimento sociológico — ainda que reconheça que os resultados científicos possam ser apropriados tanto por projetos emancipatórios como por estratégias de dominação.

J. T. L. e A. F. C. — Em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas* [Lahire, 2023], a tua análise das grandes regularidades antropológicas surge como uma tentativa de identificar as condições de possibilidade de toda a vida social. Contudo, ao descreveres as formas de dominação e de hierarquia como produtos recorrentes e quase universais, não se corre o risco de naturalizar essas formas e de atenuar a sua dimensão histórica? Como pensas o equilíbrio entre a necessidade de reconhecer regularidades estruturais e a de não as transformar em fatalidades sociais? De que modo a tua teoria evita o determinismo e preserva a abertura à ação e à transformação histórica? Em que medida é possível pensar a dominação simultaneamente como estrutura fundamental e como construção contingente, dependente de contextos sociais e culturais específicos?

LAHIRE, Bernard (2025).

“Em busca das estruturas fundamentais da vida humana. Entrevista a Bernard Lahire.”, Entrevista por João Teixeira Lopes e António Firmino da Costa,

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. LIII, pp. 193 - 207

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc53ent>

Trata-se de uma questão muito importante, que exige simultaneamente lucidez sobre as sociedades humanas e subtileza na dosagem dos elementos em jogo. Em primeiro lugar, o facto de todas as sociedades humanas conhecidas serem atravessadas por relações estruturais de dominação é uma realidade objetiva que não invento nem resulta do meu ponto de vista (como tendem a pensar certos construtivistas que “desrealizam” quase tudo). As formas de dominação variam ao longo da história e entre sociedades, mas não se conhece nenhuma sociedade humana sem desigualdades entre as partes que a constituem.

Alguns arqueólogos e antropólogos falaram de “sociedades igualitárias” a propósito de sociedades de caçadores-recolectores, mas a expressão é enganadora, porque se refere apenas à ausência de desigualdades económicas. Isso é evidente: não pode haver desigualdade económica em sociedades sem riqueza, sem armazenamento de bens ou de alimentos. Nessas sociedades, contudo, subsistem pelo menos duas grandes assimetrias: entre homens e mulheres e entre velhos e jovens. Encontram-se, aliás, essas duas grandes assimetrias em numerosas sociedades de primatas. Mesmo no caso dos bonobos, a dominação das fêmeas sobre os machos — invertendo a configuração mais conhecida nos chimpanzés — mostra que a igualdade entre sexos não é a regra.

Além disso, em muitas sociedades animais existem hierarquias mais ou menos lineares, com machos, fêmeas ou casais alfa que dominam o resto do grupo, bem como posições hierárquicas diferenciadas para cada membro. Em suma: a dominação não é uma simples construção mental; impôs-se historicamente como uma necessidade da vida social. Etólogos que trabalharam espécies muito distintas observam, paradoxalmente, que hierarquias tendem a pacificar as relações interindividuais dentro do grupo: quando são perturbadas, os indivíduos confrontam-se e lutam, e o desfecho fixa o lugar de cada um. Quando as posições se estabilizam e são reconhecidas, diminui a conflitualidade aberta — pelo menos enquanto a hierarquia não é contestada.

Nos chimpanzés, Frans de Waal mostrou que pretendentes tentam, com apoio de aliados, derrubar o macho alfa; este, por sua vez, dispõe de aliados capazes de o defender em caso de ataque. Tudo depende da forma física do macho alfa, do seu envelhecimento, do

reconhecimento e do prestígio no grupo — configurações muito próximas de situações humanas bem conhecidas.

Isto significa que a dominação é “natural”? A minha resposta é claramente negativa. Ela é, desde logo, social; mas quando digo “social”, não digo “cultural”. Existem invariantes sociais que se transformam com grande dificuldade. Aquilo que muitos investigadores em ciências sociais têm em mente como “social” é, na realidade, “cultural”: construções instituídas por via de socialização, dispositivos simbólicos (como o direito) ou costumes, etc. Ora, a cultura tem dificuldade em transformar certas grandes relações sociais. Mesmo grupos de extrema-esquerda ou anarquistas — que contestam toda a hierarquia — tendem a reproduzir hierarquias no seu interior. E, apesar dos esforços parentais para não abusar do poder sobre os filhos, não é possível não o exercer: a assimetria de força física, estatura, peso, autonomia, experiência e conhecimentos acumulados torna inevitável algum grau mínimo de autoridade. Mesmo as práticas educativas mais permissivas instituem sempre um limiar de autoridade, no próprio interesse das crianças.

A lucidez e o realismo — atitudes que Marx valorizava contra o idealismo e o romantismo pseudo-revolucionário — conduzem-me a sustentar que devemos, antes de mais, reconhecer o existente e admitir a dificuldade da transformação da ordem social, quando se considera legítimo — como é o meu caso — desejar mais igualdade e emancipação. Só depois de compreendida a escala dos problemas estruturais, plurimilenários, é possível inventar (e tudo está ainda por fazer) meios propriamente culturais — educativos, políticos, jurídicos — para nos aproximarmos do ideal de igualdade nos diferentes domínios da vida social.

Mas esta política racional, fundada em conhecimento científico da realidade, não constitui, para mim, uma “saída” do determinismo social. Uma política emancipatória só pode contrapor determinadas forças a outras, isto é, fazer operar certos determinismos contra outros, sem jamais se libertar de todo o determinismo. Por exemplo: não se faz voar um avião abolindo a gravidade, as restrições aerodinâmicas e as forças de fricção; faz-se voar um avião conhecendo precisamente essas leis e restrições e organizando outras forças que tornam possível o voo.

J. T. L. e A. F. C. — O teu projeto intelectual parece articular duas exigências potencialmente contraditórias: por um lado, a identificação de estruturas universais das sociedades humanas; por outro, a atenção às variações históricas e culturais. Como concilias esta dupla ambição? As “estruturas fundamentais” são simples condições de possibilidade invariantes ou quadros ativos que pesam sobre dinâmicas históricas concretas?

A minha resposta está em grande medida contida no que precede, na medida em que a história é outro nome para a cumulatividade cultural. As sociedades transformam-se porque produzem novos saberes, instituições e costumes a partir de um estado cultural herdado. Ainda assim, convém acrescentar alguns esclarecimentos.

As estruturas sociais fundamentais são de dois tipos. Algumas são propriedades emergentes quando um grupo social se constitui — imperativos sociais trans-históricos e transculturais, por vezes mesmo trans-específicos. É o caso do binómio cooperação–competição, presente em quase todas as espécies sociais, tal como os factos hierárquicos que limitam conflitos interindividuais. Para etólogos e biólogos evolucionistas, isto tornou-se evidente: sempre que existe vida coletiva, coloca-se a questão de “fazer grupo” — cooperar quando necessário, defender-se em conjunto, caçar e partilhar recursos, criar juvenis comunitariamente — e de evitar que a proximidade aumente a agressividade interindividual. As vantagens seletivas da vida social (dissuasão de predadores pelo número, termorregulação, ajuda mútua) não podem ser anuladas por desvantagens ainda maiores.

Outras estruturas fundamentais — como o esquema relacional dependência–dominação — são consequências sociais (ou correlatos sociais) de propriedades biológicas da espécie. Falei de várias consequências da altricialidade secundária, mas pode também considerar-se a divisão sexuada, a viviparidade, a longa gestação, a uniparidade, a divisão sexuada do trabalho reprodutivo, a longevidade, etc. Tomemos a longevidade: os humanos pertencem ao conjunto das espécies de grande longevidade (como elefantes ou baleias), o que tem consequências decisivas para a cumulatividade cultural — tanto pela acumulação individual

de experiências ao longo de décadas como pela coexistência de três (ou mais) gerações, ampliando a transmissão cultural intergeracional.

Por isso, não oponho “condições de possibilidade invariantes” a “quadros ativos que pesam sobre dinâmicas históricas concretas”. As estruturas sociais fundamentais são, simultaneamente, condições de possibilidade invariantes e quadros que pesam continuamente sobre as dinâmicas históricas concretas. A cultura constrói-se sobre essas estruturas: não pode recomeçar do zero, como se fosse possível reconstruir culturalmente, ao gosto do voluntarismo, todas as relações sociais. Pensar assim é aderir ao que chamo uma “teologia da criação cultural do homem pelo homem”.

A cultura pode, no entanto, infletir significativamente essas estruturas, compensar efeitos negativos e inventar instituições de contrapeso. Em termos concretos, é preferível para uma mulher nascer numa sociedade moderna do que numa sociedade de caçadores-recolectores como a dos Aborígenes australianos; ainda assim, estamos longe de uma igualdade plena entre homens e mulheres em todos os planos. A história (ou cultura) pode melhorar — ou degradar — uma situação social, mas não pode refazê-la integralmente por via voluntarista.

J. T. L. e A. F. C. — Se as estruturas fundamentais definem os limites no interior dos quais se desenvolvem as práticas humanas, onde situar o imprevisto, o acontecimento, a rutura? A tua proposta admite zonas de indeterminação ou espaços de criação social que não sejam dedutíveis dessas estruturas? E, nesse caso, que estatuto científico atribuir a essas exceções que parecem escapar à regularidade?

Trabalhei casos de sucessos escolares improváveis, e os resultados mostram que esses percursos se explicam por múltiplos determinismos que compensam *handicaps* (nomeadamente, défices de capital cultural parental). Contudo, a baixa percentagem de trânsfugas de classe não altera estruturalmente a configuração da sociedade.

Não tenho afinidade científica com a visão romântica de alguns sociólogos que concebem o mundo social como “criação contínua”. Por exemplo, Luc Boltanski sustenta que a incerteza está no cerne de cada nova ação; para afirmar tal coisa, parece-me necessário perder contacto com dados estatísticos que mostram precisamente o contrário: o mundo social é, em grande medida, previsível. Sinto-me mais próximo de Goffman, que observava que, sempre que dois jogadores de xadrez iniciam uma partida, não reinventam o xadrez. Dizia-o, justamente, contra a imagem de um ator absolutamente livre e criativo que certas leituras interacionistas lhe atribuíram.

O mesmo se aplica a muitos aspetos do mundo social: a criança que nasce não inventa a língua em que aprende a falar, nem a moeda, o Estado, o direito, o automóvel, a eletricidade, a escola ou a ciência. Adapta-se ao estado cultural em que chega e “apanha o comboio em andamento”. As grandes transformações resultam muito mais das contradições internas de uma sociedade — que escapam largamente à vontade dos indivíduos.

J. T. L. e A. F. C. — Ao propores uma “ciência social do vivo”, procuras reforçar o rigor e a explicação causal nas ciências humanas. Contudo, a linguagem científica é ela própria um campo de poder simbólico, com os seus modos de legitimação e exclusão. Como evitar que a tua teoria das estruturas fundamentais se torne, por sua vez, um dispositivo de autoridade epistemológica, suscetível de marginalizar outras abordagens ou vozes dissidentes no interior da sociologia?

Antes de mais, falar de “ciência social do vivo” não visa, no essencial, um “ganho de rigor” ou de “explicação causal”. Trata-se de alargar o quadro a partir do qual pensamos os objetos. Só esse alargamento permite destrinçar o que é “biológico”, “social” e “cultural”, e compreender melhor a razão das estruturas, comportamentos, processos e mecanismos observados nas sociedades humanas. Quando constatamos que uma estrutura ou mecanismo se observa em várias espécies sociais, já não é possível atribuir tudo à cultura ou à “escolha cultural”; isso obriga a interrogar as constrições que conduzem sociedades (humanas e não humanas) a

soluções semelhantes para desafios análogos — aquilo que biólogos designam por convergência.

Depois, tudo depende do que se entende por “vozes dissidentes”. Se o meu trabalho vier a impor-se ao ponto de tornar mais difícil a sobrevivência de “sociólogos” - ideólogos pré-científicos, que sustentam — contra a evidência — que somos os únicos a viver em sociedade e que organizamos a vida social segundo mera vontade, só posso regozijar-me. Quando Darwin ofereceu um quadro geral para o estudo do vivo ao formular a evolução (variação, seleção natural e hereditariedade), tornou impraticáveis muitas teorias fixistas que colocavam Deus na equação e afirmavam que as espécies tinham sido criadas de uma vez, há seis mil anos. A sua autoridade epistemológica estreitou o campo dos possíveis explicativos, e a história deu-lhe razão. A confirmação posterior do papel dos genes (Mendel) e do ADN reforçou esse quadro. O caminho para a verdade científica é, por vezes, longo.

Hoje, mesmo estudos sobre células cancerígenas mostram que estas podem seguir processos evolutivos de seleção natural (ou seleção “artificial”, no caso de tratamentos), o que permite estratégias terapêuticas mais eficazes. Em física, química e biologia, a eficácia prática do conhecimento tende a separar teorias mais robustas de teorias frágeis. Nas ciências sociais, sem provas tão decisivas, modelos muito maus coexistem com teorias mais científicas, com consequências políticas relevantes — e dispensar-nos-íamos bem de certa “pluralidade” interpretativa. Ainda assim, não desespere de poder contribuir para um estado científico mais saudável das disciplinas.

J. T. L. e A. F. C. — As estruturas fundamentais que identificas parecem produzir inevitavelmente hierarquias e desigualdades. Contudo, a história testemunha momentos de emancipação e reinvenção das formas sociais. Como compreendes esses momentos de deslocamento? São anomalias temporárias, variações internas à estrutura, ou transformações das condições fundamentais da vida social?

Não penso que sejam “anomalias temporárias”. Quando sociedades aboliram a escravatura, deram um passo claro para maior emancipação. Ao contrário do senso comum, a escravatura

não foi exclusivamente ocidental em relação a povos africanos; existiu em numerosas sociedades consideradas outrora “primitivas”, nas quais, após conflitos violentos, prisioneiros eram reduzidos à escravatura. A escravatura respondia a “necessidades” económicas e sociais; quando essas “necessidades” puderam ser satisfeitas no quadro do trabalho assalariado, a escravatura pôde ser abolida.

Como dizia Marx em *A Guerra Civil em França* (1971), a propósito da emancipação operária, “Ela sabe que, para realizar a sua própria emancipação (...) terá de passar por longas lutas (...) que transformarão completamente as próprias circunstâncias. Ela não tem de realizar um ideal, mas apenas de libertar os elementos da sociedade nova que a velha sociedade burguesa, em colapso, traz no seu seio.” (p. 46)

A emancipação da classe operária continua, infelizmente, por cumprir. Quanto à escravatura, o assalariamento é simultaneamente um progresso relativamente a ela e uma aceitação contratual de exploração. As formas de dominação deslocam-se sem desaparecerem. O mesmo vale para o Antigo Regime e a Revolução Francesa de 1789: aboliram-se privilégios, mas a burguesia substituiu a nobreza na dominação social (política, económica e ideológica), e os privilégios assumiram novas formas — razão pela qual Bourdieu falou em “nobreza de Estado”.

Falar de invariantes — na dominação ou noutros domínios — não significa imobilidade. Tudo se move na história em função de lutas e correlações de força, mas a dominação permanece. Por vezes desloca-se em direção à maior emancipação; por vezes, produz regressões maciças. Se proletariados ocidentais conquistaram direitos e proteção social, foi também porque o capitalismo encontrou meios de sobreexplorar, sem escrúpulos, trabalhadores — homens, mulheres e crianças — noutras regiões do mundo.

J. T. L. e A. F. C. — Se as ciências humanas são elas próprias produto das estruturas que estudam, em que medida podem transformá-las? A tua proposta de uma ciência social cumulativa e interdisciplinar inclui uma dimensão reflexiva sobre a posição do cientista no

interior das estruturas de dominação simbólica? Em que sentido a produção científica pode funcionar como prática emancipatória e não apenas como descrição de regularidades sociais?

A descrição das regularidades sociais e a análise das suas causas ou das suas origens constituem o primeiro passo para uma política verdadeiramente emancipatória. Não se faz a revolução apoiando-se em visões falsas da realidade. Numa política emancipatória consistente, o conhecimento rigoroso da realidade precede sempre a imaginação da forma adequada de a transformar. Além disso, a ciência exerce frequentemente, sem o pretender, efeitos críticos e emancipatórios. Darwin, que vivia num meio profundamente crente, sabia que a sua teoria sobre a origem das espécies o conduzia a romper com as visões teológicas. Isso perturbava-o profundamente, até porque a sua mulher era muito crente e ele teria desejado não a magoar. Escrevia ao seu amigo Hooker que as suas conclusões o levavam a pensar que «as espécies não são imutáveis», e que isso lhe dava «a sensação de confessar um assassinio». Darwin não matou Deus sozinho; a evolução objetiva das sociedades encarregou-se disso, mas ele contribuiu claramente para a sua morte no plano do saber. Respondendo a Napoleão, que lhe perguntava «Onde está Deus em tudo isto?», o matemático e astrónomo Pierre-Simon Laplace afirmou: «Deus é uma hipótese de que não tive necessidade.»

Por outro lado, o facto de a ciência social poder contribuir para a emancipação, sendo simultaneamente um produto das estruturas de dominação, não tem nada de contraditório. As classes dominantes necessitam frequentemente da ciência para se manterem ou se expandirem, nomeadamente das ciências físicas e químicas, para produzir tecnologias cada vez mais eficazes. Mas necessitam também das ciências sociais, que lhes permitem pensar o *management* e, de forma mais geral, estratégias de manipulação simbólica — políticas, de *marketing* ou publicitárias. Bourdieu estava plenamente consciente de que, lidos pela burguesia, livros como *A Distinção* ou *A Nobreza de Estado* podiam funcionar como instrumentos de racionalização de estratégias de distinção e de reprodução. Eu próprio vivi essa experiência com *Enfances de classe*. Aceitei ser entrevistado por uma jornalista da área da educação do *Le Figaro*, jornal francês de direita, que me colocou questões perfeitamente

corretas. Mas, no final, o seu artigo poderia resumir-se à resposta à seguinte pergunta: “Como permitir que as crianças das classes superiores tenham ainda mais sucesso do que já têm, sistematizando as ‘boas práticas’ que os seus pais aplicam apenas de forma intuitiva ou por sentido prático?” Não escrevi o livro *Enfances de classe* com esse objetivo, mas é isto o que alguns podem fazer dele.

A mesma ciência pode servir os dominantes como os dominados, os conservadores como os reformistas e os revolucionários. Trata-se de um facto difícil de contestar, e penso que é preferível ter consciência disso a sonhar com uma ciência proletária. O que me desespera, em contrapartida, é que o campo da emancipação não procure, tanto quanto seria necessário, encarar a realidade de frente. Marx detestava os jovens hegelianos de esquerda, revolucionários de fachada, idealistas ao ponto de acreditarem que mudar as palavras bastaria para mudar as coisas. Receio, infelizmente, que existam hoje demasiados jovens — e menos jovens — hegelianos de esquerda.

J. T. L. e A. F. C. — Em *As Estruturas Fundamentais das Sociedades Humanas*, o sujeito individual parece inserido numa rede densa de determinações biológicas, sociais e culturais. Contudo, a tua obra anterior sobre disposições individuais insistia na pluralidade das experiências e dos contextos de formação. Como articular hoje essa pluralidade com a existência de estruturas fundamentais? Existe ainda espaço para experiência singular, criatividade ou irrupção de sentido no interior deste sistema de constrangimentos?

Estes dois aspetos não são incompatíveis. A experiência individual e os destinos individuais são uma coisa; as estruturas sociais em que essas experiências se realizam são outra. A existência de trânsfugas de classe ou de desclassificados por queda não põe em causa a existência de um “topo” e de uma “base”, ainda que, ao nível biográfico, seja vivido como transformação profunda. Não se devem exagerar os efeitos estruturais de exceções estatisticamente raras.

Além disso, estes planos são tanto menos incompatíveis quanto formulei duas leis em *SFSH* que sintetizam parte das minhas pesquisas à escala individual. A primeira é a Lei do desfasamento entre o “transmissor” e o “recetor” de capital cultural — ou entre disposição e contexto de ação/receção — salientando que as condições de transmissão explicam processos permanentes de deformação–reinterpretação–transformação do existente. A segunda é a Lei da variabilidade intergrupala, interindividual e intraindividual das condutas humanas, sublinhando que a variabilidade é constante: entre indivíduos (mesmo na mesma família) e entre contextos de ação no mesmo indivíduo. Existem condições estruturais para a pluralidade das disposições incorporadas. Já o sublinhava em *O Homem Plural*, recordando que o conceito de habitus foi usado por Durkheim para pensar efeitos homogeneizadores de instituições educativas muito envolventes (família nos primeiros anos; escola em regime de internato) e por Bourdieu para analisar socializações em sociedades pouco diferenciadas, que produzem patrimónios de disposições mais homogéneos e coerentes.

Identificar linhas de força invariantes das sociedades humanas — modos de produção, parentesco (incluindo relações pais–filhos), relações homens–mulheres, socialização/transmissão cultural, produção de artefactos, expressividade simbólica, ritos e instituições, mágico-religioso, diferenciação social das funções — não impede a apreensão das criatividades individuais, como pude fazê-lo, por exemplo, no caso de Franz Kafka.

Tal como na relação entre microbiologia e macrobiologia, ou entre a física do infinitamente pequeno e a do infinitamente grande, um nível de análise não invalida o outro; ambos devem ser permanentemente articulados. A compreensão das estruturas fundamentais não anula a singularidade da experiência, mas fornece o quadro no interior do qual essa singularidade se torna inteligível sociologicamente.

Referências bibliográficas

- COSTA, A. F. D.; LOPES, J. T., & CAETANO, A. (2014), *Percursos de estudantes no ensino superior. fatores e processos de sucesso e insucesso*, Lisboa, Mundos Sociais.
- LAHIRE, B. (1995), *Tableaux de familles: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*, Paris, Gallimard/Seuil.
- LAHIRE, B. (1998), *L'homme pluriel: Les ressorts de l'action*, Paris, Nathan
- LAHIRE, B. (2010), *Franz Kafka: Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Éditions Paris, La Découverte.
- LAHIRE, B. (Ed.) (2019), *Enfances de classe: De l'inégalité parmi les enfants*, Paris, Le Seuil.
- LAHIRE, B. (2023), *Les structures fondamentales des sociétés humaines*, Paris, Éditions La Découverte.
- LAHIRE, B. (2025), *Vers une science sociale du vivant*, Paris, La Découverte.
- LOPES, J. T. (Ed.) (2012), *Registos do actor plural: Bernard Lahire na sociologia portuguesa*, Edições Afrontamento.
- MARX, K. (1971), *La guerre civile en France, 1871 : La Commune de Paris (éd. de poche)*, Paris, France, Éditions Sociales.

Bernard Lahire.

Professor na École Normale Supérieure de Lyon. Diretor da equipa Dispositions, Pouvoirs, Cultures, Socialisations do Centre Max Weber. 15 parvis René Descartes, 69342 Lyon, França. ORCID ID: 0000-0002-3100-1538.
E-mail: bernard.lahire@ens-lyon.fr

João Teixeira Lopes (autor para correspondência).

Roles: Concetualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Validação, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.
Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal. ORCID ID: 0000-0001-6891-7411.
E-mail: jlopes@letras.up.pt

LAHIRE, Bernard (2025),

"Em busca das estruturas fundamentais da vida humana. Entrevista a Bernard Lahire.", Entrevista por João Teixeira Lopes e António Firmino da Costa,

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. LIII, pp. 193 - 207

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc53ent>

António Firmino da Costa.

Roles: Concetualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Validação, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Professor Catedrático, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. ORCID ID: 0000-0002-3413-8919.

E-mail: antonio.costa@iscte-iul.pt